

SUMÁRIO

PARTE 1

INTRODUÇÃO: PROCEDIMENTO NAS TURMAS REGIONAIS E NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECLAMAÇÃO)	27
--	----

PARTE 2

ORIENTAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA JUNTO A TNU, TRUS E TRS	83
--	----

PARTE 3

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMPO E APOSENTADORIA ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS	101
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 101

1. FATOR DE CONVERSÃO	101
1.1. RETROATIVIDADE DO FATOR 1.4	101
1.2. MOMENTO DE APLICAÇÃO	102
1.3. COMUM EM ESPECIAL	102
1.4. ESPECIAL EM COMUM	103
2. COMPROVAÇÃO DO TEMPO ESPECIAL	104
2.1. LEIS NO TEMPO	104
2.1.1. ENTRE 29/04/95 A 05/03/97	104
2.1.2. ENTRE 05/03/97 E 01/01/04	104
2.2. ANÁLISE QUANTITATIVA X QUALITATIVA	104
2.3. AGENTE RECONHECIDAMENTE CANCERÍGENO	105
2.4. RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	107
2.5. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA	107
2.5.1. ANTES E DEPOIS DA LEI 9.032/95	107
2.5.2. PRESUNÇÃO AO SÓCIO-GERENTE	108
2.5.3. AGENTES BIOLÓGICOS	108
2.6. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP)	109

2.6.1. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO IDÔNEA	109
2.6.2. RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS E MONITORAÇÃO BIOLÓGICA	110
2.6.3. MOMENTO DE CONFECÇÃO OU APRESENTAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	111
2.6.4. MENÇÃO À TÉCNICA DA DOSIMETRIA OU AO DOSÍMETRO	112
2.7. INDICAÇÃO GENÉRICA	113
2.7.1. HIDROCARBONETOS/ÓLEOS E GRAXAS	113
2.7.2. AGROTÓXICOS	114
2.7.3. TINTAS E SOLVENTES	114
2.7.4. AGENTES BIOLÓGICOS	115
2.7.5. FUMOS METÁLICOS	115
2.7.6. POEIRAS MINERAIS	115
2.8. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	116
2.8.1. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA SUA EFICÁCIA	116
2.8.2. PERÍODO ANTERIOR À 03/12/98	117
2.8.3. NÃO UTILIZAÇÃO DELIBERADA	117
2.8.4. REEXAME DE PROVA	119
2.8.5. AGENTES CANCERÍGENOS	119
2.8.6. RUÍDO	119
2.8.7. AGENTES BIOLÓGICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR	121
2.9. LAUDO PERICIAL	121
2.9.1. EXTEMPORÂNEO	121
2.9.2. ADICIONAL DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM GRAU MÁXIMO	123
2.9.3. EFEITOS FINANCEIROS	123
2.9.4. PERÍCIA INDIRETA	125
3. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	126
4. MARÍTIMO EMBARCADO	127
5. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E TEMPO ESPECIAL	127
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	128
1. ASPECTOS GERAIS	128
1.1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	128
1.2. EMPREGO DA ANALOGIA E ROL EXEMPLIFICATIVO	129
2. CATEGORIAS PROFISSIONAIS	129
2.1. PROFESSOR	129

2.2. VIGILANTE	131
2.2.1. EQUIPARADO À GUARDA	131
2.2.2. NECESSIDADE DE USO DE ARMA DE FOGO	131
2.3. ELETRICISTA	132
2.4. SERVIÇOS GERAIS EM AMBIENTE HOSPITALAR	134
2.5. AUXILIAR DE LABORATÓRIO	136
2.6. TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA	136
2.7. FRENTISTA	138
2.8. PEDREIRO	139
2.9. ENGENHEIRO	141
2.9.1. ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	141
2.9.2. ENGENHEIRO CIVIL	141
2.9.3. ENGENHEIRO MECÂNICO	141
2.10. MOTORISTA	142
2.10.1. DE CAMINHÃO/ÔNIBUS	142
2.10.2. DE AMBULÂNCIA	143
2.10.3. TRANSPORTE DE INFLAMÁVEIS	143
2.10.4. TRATORISTA	144
2.10.5. OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	144
2.10.6. OPERADOR DE EMPILHADEIRA	144
2.11. COBRADOR DE ÔNIBUS	145
2.12. FERRAMENTEIRO	145
2.13. TÉCNICO AGRÍCOLA	145
2.14. TECELÃO	146
2.15. PINTOR DE PISTOLA	147
2.16. TORNEIRO MECÂNICO	147
2.17. ATIVIDADE DE TRIPARIA	148
2.18. TRABALHADOR FLORESTAL	148
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POR AGENTES NOCIVOS	148
1. QUÍMICOS	148
1.1. ÓLEOS E GRAXAS	148
1.2. CIMENTO	149

1.3. FORMOL	150
1.4. AMIANTO	150
1.5. NEGRO DE FUMO	151
1.6. TOLUENO / XILENO	151
1.7. XILOL / ETIL CETONA / ISOBUTIL CETONA	153
1.8. AMÔNIA	153
1.9. CLORO	153
2. RUÍDO	154
2.1. LIMITES DE TOLERÂNCIA	154
2.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO	155
2.2.1. NHO-01 OU NR-15	155
2.2.2. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PICO DE RUÍDO	157
3. BIOLÓGICO	158
3.1. ROL EXEMPLIFICATIVO	158
3.2. CARÁTER INDISSOCIÁVEL	159
3.3. EMENDA CONSTITUCIONAL 120/22	161
3.4. AÇOUGUEIRO	162
4. CALOR	162
4.1. FONTES NATURAIS	163
4.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO	163
4.2.1. IBUTG	163
4.2.2. TAXA DE METABOLISMO	164
4.3. CALOR INTERMITENTE	166
5. FRIO	166
6. UMIDADE	166
7. RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	167
8. POEIRA	167
9. PRESSÃO ATMOSFÉRICA	168
10. TREPIDAÇÃO/VIBRAÇÃO	169
CAPÍTULO 4 – PERICULOSIDADE APÓS 05/03/97	170
1. INDEPENDENTE DE PREVISÃO LEGAL	170
2. SOMENTE COM BASE EM LTCAT	170
3. VIGILANTE	170

4. ELETRICIDADE	173
5. LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS	174

PARTE 4

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORATIVA	175
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 175

1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS	175
1.1. SEGURADO CAPAZ AO LABOR	175
1.2. INCAPACIDADE PARCIAL	176
1.3. HIV (AIDS)	177
1.4. OUTRAS DOENÇAS INCAPACITANTES	178
2. INCAPACIDADE PREEXISTENTE	179
3. INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL	181
4. INTERDIÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL	182
5. CUMULAÇÃO	182
5.1. COM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA	182
5.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	184
5.3. SEGURO-DESEMPREGO	184
5.4. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	185
5.4.1. EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO	185
5.4.2. PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL	185
6. RENÚNCIA À APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	186

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS JUDICIAIS 187

1. POSSIBILIDADE DE REVISÃO ADMINISTRATIVA QUANDO HÁ PROCESSO JUDICIAL EM TRÂMITE	187
2. AUSÊNCIA DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO E INTERESSE DE AGIR	188
2.1. AUXÍLIO-DOENÇA	188
2.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	188
3. EFEITOS FINANCEIROS	189
3.1. DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER)	189
3.2. DATA DE CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB)	190
3.3. DATA DA CITAÇÃO	190
3.4. DATA DA PERÍCIA JUDICIAL	191

3.5. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE (DII)	192
3.6. DOCUMENTO NOVO NO PROCESSO JUDICIAL	193
4. LAUDO PERICIAL	195
4.1. CONFRONTO COM LAUDO PARTICULAR	195
4.2. NECESSIDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19	195
4.3. NECESSIDADE EM QUALQUER PERÍODO	196
4.4. PERÍCIA POR ESPECIALISTA	196
CAPÍTULO 3 – BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	197
1. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	197
1.1. DCB	197
1.1.1. ALTA PROGRAMADA	197
1.1.2. DCB SUPERIOR A 120 DIAS	199
1.1.3. PRAZO DE RECUPERAÇÃO	199
1.2. AUXÍLIO-DOENÇA PARENTAL	201
1.3. REQUERIMENTO TARDIO	201
1.4. ADICIONAL DE 25% DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	201
1.4.1. TERMO INICIAL	201
1.4.2. EXTENSÍVEL PARA OUTROS BENEFÍCIOS	202
2. AUXÍLIO-ACIDENTE	203
2.1. HIPÓTESES DE CONCESSÃO	203
2.2. CONCEITOS	205
2.2.1. “ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA”	205
2.2.2. “CONSOLIDAÇÃO DAS LESÕES”	205
2.3. SEGURADOS	206
2.3.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	206
2.3.2. SEGURADO FACULTATIVO	207
2.4. CUMULAÇÃO	207
2.4.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	207
2.4.2. COM QUALQUER APOSENTADORIA	208
2.4.3. DECADÊNCIA E ACUMULAÇÃO INDEVIDA	208
2.4.4. COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR	208
2.4.5. BPC/LOAS	209
3. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	210
4. RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA	211

4.1. CONDICIONADA À PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	211
4.2. REAVALIAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E HIV	212
4.3. CESSAÇÃO DA INVALIDEZ	213

PARTE 5

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BPC/LOAS	215
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 215

1. RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	215
2. EFEITOS FINANCEIROS	216
3. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA PARA O MENOR DE 16 ANOS	216
4. INSCRIÇÃO NO CADÚNICO	217
5. INTERNAÇÃO POR MEDIDA DE SEGURANÇA	218

CAPÍTULO 2 – REQUISITO MÉDICO 219

1. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO	219
2. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA	221
3. HIV ASSINTOMÁTICO	222
4. SURDO-MUDO	223
5. VISÃO MONOCULAR	224
6. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	225
7. PERÍCIA POR MÉDICO ESPECIALISTA	225

CAPÍTULO 3 – REQUISITO ECONÔMICO 226

1. CRITÉRIO OBJETIVO	226
2. SUBSIDIARIEDADE DO ESTADO	226
3. RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO	227
4. NECESSIDADE DE NOVA AVALIAÇÃO EM JUÍZO	228
5. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	231
6. REEXAME DE PROVAS	232
7. BOLSA-FAMÍLIA	232

PARTE 6

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE AÇÕES REVISIONAIS DE RENDA DE BENEFÍCIOS E AFINS	233
--	-----

CAPÍTULO 1 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	233
1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	233
1.1. INICIAL	233
1.2. DE REVISÃO	234
1.2.1. <i>DIES A QUO</i>	234
1.2.2. INTERRUPTÃO DO PRAZO	236
1.2.3. RECEBIMENTO DE PARCELAS VENCIDAS	237
2. IMPUGNAÇÃO AO ATO DE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO	238
3. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELA ADMINISTRAÇÃO	238
4. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	243
5. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO	243
6. REVISÃO DE BENEFÍCIO ORIGINÁRIO	244
7. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	246
8. DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO	247
8.1. EM CASO DE BENEFÍCIO IRREGULAR	247
8.2. NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 6.309/75	247
8.3. CESSAR INVALIDEZ PELA RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OU REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	248
8.4. ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REVISIONAL PELO INSS	248
9. ENUNCIADO nº 260 DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR)	249
10. REVISÃO DO ART. 29, INCISO II, DA LEI 8.213/91	249
11. APLICAÇÃO RETROATIVA DA MP 1.523/97	251
12. READEQUAÇÃO DOS TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03	252
13. IRSM E MP 201 DE 26/07/04	253
CAPÍTULO 2 – EFEITOS FINANCEIROS	255
1. DO REQUERIMENTO DE REVISÃO	255
2. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	256
3. REAFIRMAÇÃO DA DER	257
4. COMPLEMENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES	260
CAPÍTULO 3 – REVISÕES EM ESPÉCIE	261
1. LEI 6.950/81 E PERÍODO DO “BURACO NEGRO”	261
2. ART. 58 DO ADCT	262
3. OTN/ORTN	263

4. URV E LEI 8.880/94	263
5. IRSM	265
6. MP 1.415/1996 CONVERTIDA NA LEI 9.711/98	266
7. IGP-DI NOS ANOS DE 1997, 1999, 2000 E 2001	266
8. FORMA DE CÁLCULO EM MOMENTO ANTERIOR À LEI 9.876/99	267
9. REVISÃO DA VIDA TODA (RVT)	268
10. REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA VIGÊNCIA DA MP 242/05	270
11. DIVISOR MÍNIMO	271
11.1. LEI 9.876/98	271
11.2. ENTRE A EC 103/19 E A LEI 14.331/22	272
12. EMENDAS CONSTITUCIONAIS	273
12.1. 20/98 E 41/03	273
12.1.1. REGRAS ANTERIORES À CF/88	273
12.1.2. DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC 20/98	273
12.1.3. COEFICIENTE DE INCREMENTO	274
12.1.4. ÍNDICE-REAJUSTE TETO (IRT)	274
12.2. EC 103/19	275
12.2.1. FORMA DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ NÃO ACIDENTÁRIA (ART. 26, §2º, III)	275
12.2.2. FORMA DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	276
12.2.3. REGRA DE DESCARTE (ART. 26, §6º) PARA BENEFÍCIOS NÃO PROGRAMADOS	277

PARTE 7

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE ATIVIDADE RURAL	279
---	-----

CAPÍTULO 1 – SEGURADOS 279

1. MENOR DE IDADE	279
1.1. ATÉ 12 ANOS DE IDADE	279
1.2. ENTRE 12 E 14 ANOS	280
2. CARVOEIRO	280
3. EMPREGADO RURAL	281
4. BOIA-FRIA	282
5. SERINGUEIRO	282
6. CASEIRO	283
7. COZINHEIRA	283

8. MOTORISTA DE CAMINHÃO	284
9. PESCADOR ARTESANAL	284
9.1. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	284
9.2. ITENS PRESENTES NA GUIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	285
9.3. REGULARIDADE DO REGISTRO GERAL DE ATIVIDADE PESQUEIRA (RGP)	285
9.4. DEFESO NO BIÊNIO 2015/2016	286
CAPÍTULO 2 – PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	287
1. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	287
1.1. MOMENTO DE AFERIÇÃO DO TEMPO RURAL	287
1.2. VÍNCULO URBANO SUPERIOR A 120 DIAS (LEI 11.718/08)	289
1.3. RECEBIMENTO DE BPC/LOAS NO PERÍODO DE CARÊNCIA	291
2. APOSENTADORIA HÍBRIDA	291
2.1. TEMPO RURAL REMOTO	291
2.2. REQUISITO ETÁRIO E NATUREZA RURAL DA ATIVIDADE	292
2.3. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA NO RPPS	293
3. DIREITO AO AUXÍLIO-ACIDENTE	294
4. TEMPO RURAL ANTERIOR A 1991 E APOSENTADORIA URBANA POSTERIOR	294
5. PENSÃO POR MORTE RURAL	295
5.1. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	295
5.2. CUMULAÇÃO	296
5.2.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	296
5.2.2. COM APOSENTADORIA RURÍCOLA	296
6. SALÁRIO-MATERNIDADE	297
CAPÍTULO 3 – COMPROVAÇÃO DO TEMPO RURAL	297
1. MÓDULO RURAL	297
2. DOCUMENTOS RURAIS	298
2.1. CONTEMPORÂNEOS	298
2.2. INÍCIO VÁLIDO DE PROVA MATERIAL	300
2.3. CERTIDÃO DE CASAMENTO	301
2.4. CERTIDÃO DE ÓBITO	302
2.5. EM NOME DE TERCEIROS	303
2.6. EMPREGADO RURAL	304

2.6.1. PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	304
2.6.2. PROVA DO MARIDO EMPREGADO RURAL	304
3. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	305
4. RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E TRABALHO RURAL	305
5. CONCOMITÂNCIA COM ATIVIDADES ESCOLARES	306
6. CTPS	307
7. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA	307
8. TRABALHO URBANO DO NÚCLEO FAMILIAR	308
8.1. CÔNJUGE URBANO E PERCEPÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA	308
8.2. COMPONENTE URBANO NO NÚCLEO FAMILIAR	309
9. DIB NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	310

PARTE 8

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE PENSÃO POR MORTE, AUXÍLIO-RECLUSÃO E SALÁRIO-MATERNIDADE	311
--	-----

CAPÍTULO 1 – PENSÃO POR MORTE 311

1. ASPECTOS GERAIS	311
1.1. LEI PREVIDENCIÁRIA NO TEMPO	311
1.1.1. LEI COMPLEMENTAR 11/71	311
1.1.2. LEI 6.179/74	311
1.1.3. MP 1.596-14/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/97	312
1.1.4. MP 664/2014 CONVERTIDA NA LEI 13.135/15	312
1.1.5. MP 871/19 CONVERTIDA NA LEI 13.846/19	313
1.2. EFEITOS FINANCEIROS	314
1.2.1. REQUERIMENTO TARDIO	314
1.2.2. HABILITAÇÃO TARDIA	315
1.3. BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO	316
1.4. INÍCIO DE PROVA MATERIAL	317
1.5. PRAZO DE DURAÇÃO	318
2. INSTITUIDOR	319
2.1. REGULARIZAÇÃO <i>POST MORTEM</i>	319
2.1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	319
2.1.2. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDA	320

2.2. QUE RECEBIA BPC/LOAS	321
2.3. QUE PERDEU A QUALIDADE DE SEGURADO	322
2.4. APOSENTADORIA NO RPPS	323
2.5. CRIME DE HOMICÍDIO	323
2.6. EX-COMBATENTE	324
2.7. EXIGÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE 18 CONTRIBUIÇÕES MENSAS	325
3. DEPENDENTES	326
3.1. CÔNJUGE OU COMPANHEIRA(O)	326
3.1.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA ABSOLUTA OU RELATIVA	326
3.1.2. SOMA DE PERÍODO INTERCALADO DE CONVIVÊNCIA	326
3.1.3. ÓBITO ANTERIOR À CF/88	327
3.1.4. NOVO CASAMENTO	328
3.1.5. EX-CÔNJUGE QUE NÃO RECEBIA ALIMENTOS	328
3.1.6. RATEIO ESPOSA/CONCUBINA	329
3.1.7. RATEIO ENTRE UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS	330
3.2. FILHOS	330
3.2.1. NASCITURO	330
3.2.2. UNIVERSITÁRIO MAIOR DE 21 ANOS	331
3.2.3. MAIOR INVÁLIDO	332
3.3. GENITORES	333
3.3.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EXCLUSIVA	333
3.3.2. INÍCIO DE PROVA MATERIAL (IPM)	334
3.4. MENOR SOB GUARDA	334
3.5. EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA	336
CAPÍTULO 2 – AUXÍLIO-RECLUSÃO	337
1. TEMPUS REGIT ACTUM	337
2. INSTITUIDOR	337
2.1. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDAS	337
2.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO OBJETIVO	337
2.1.2. DIVISOR NOS 12 MESES ANTERIORES À PRISÃO	338
2.1.3. INCLUSÃO DE HORAS EXTRAS NA MÉDIA DO SC	339
2.2. DESEMPREGADO	340
2.3. EM GOZO DE SALÁRIO-MATERNIDADE	342

2.4. PROGRESSÃO DE REGIME	342
2.5. PRISÃO DOMICILIAR	343
2.6. FUGA DO SEGURADO	343
2.7. INÍCIO DE PROVA MATERIAL	344
3. DEPENDENTES	344
3.1. PRESCRIÇÃO DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ	344
3.2. CONCEPÇÃO APÓS A PRISÃO	345
3.3. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO	345
CAPÍTULO 3 – SALÁRIO-MATERNIDADE	345
1. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA SEGURADA EMPREGADA	345
2. FORMA DE CÁLCULO NO PERÍODO DE GRAÇA	346
3. ADOÇÃO DE MENOR ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE	347
4. SEGURADA DESEMPREGADA	347
5. DEMISSÃO	348
5.1. DURANTE O PERÍODO DE ESTABILIDADE	348
5.2. SEM JUSTA-CAUSA	349
6. AO GENITOR, EM CASO DE ÓBITO DA SEGURADA, ANTES DA LEI 12.873/13	349
7. SEGURADA GESTANTE NA PANDEMIA COVID-19	350
8. AVÓ GUARDIÃ	351
PARTE 9	
JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMAS MISTOS	353
CAPÍTULO 1 – QUALIDADE DE SEGURADO	353
1. SEGURADOS	353
1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	353
1.2. EMPREGADA DOMÉSTICA	355
1.3. FACULTATIVO DE BAIXA RENDA	356
1.3.1. ATIVIDADE INFORMAL	356
1.3.2. CADÚNICO	357
1.3.3. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO	358
1.4. ALUNO-APRENDIZ	359
1.5. SEMINARISTA	361

1.6. CÔNJUGES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	363
1.7. FERROVIÁRIO	363
1.7.1. DEFINIÇÃO	363
1.7.2. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OU PENSÃO	363
2. MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	364
2.1. PRESO FORAGIDO	364
2.2. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA	364
2.3. CONCESSÃO IRREGULAR	365
2.4. RECOLHIMENTO INFERIOR AO MÍNIMO MENSAL DA CATEGORIA	365
2.5. FIM DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO SEM RESCISÃO	366
2.6. CONTRIBUINTE EM DOBRO	366
2.7. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	367
2.7.1. MARCO PARA EXAME	367
2.7.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	367
2.7.3. PERÍODO INTERCALADO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	369
2.7.4. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO ANTERIOR À DII	369
2.7.5. LIMBO TRABALHISTA-PREVIDENCIÁRIO	370
2.8. RECOLHIMENTO DE 120 CONTRIBUIÇÕES	371
2.8.1. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO DO SEGURADO	371
2.8.2. RECOLHIMENTO ININTERRUPTO	372
2.9. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	373
2.9.1. DESEMPREGO VOLUNTÁRIO	373
2.9.2. <i>DIES A QUO</i> EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA	374
2.9.3. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	374
2.9.4. CONTRATO A TERMO	376
2.9.5. SEGURO-DESEMPREGO	377
2.9.6. EXERCÍCIO HABITUAL DE ATIVIDADE ILÍCITA	377
2.9.7. SEGURADO ESPECIAL	377
2.9.8. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	378
2.10. CI COM VÍNCULO ANTERIOR COMO EMPREGADO	379
CAPÍTULO 2 – CARÊNCIA	380
1. DE ACORDO COM AS LEIS NO TEMPO	380
1.1. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91	380

1.2. ART. 142 DA LEI 8.213/91	381
1.3. MP 739/16 E MP 767/17	382
1.4. REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC 103/19	383
2. NECESSIDADE DE CONTRIBUIÇÃO	384
3. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	385
4. RECOLHIMENTO INFERIOR AO MÍNIMO MENSAL DA CATEGORIA	387
5. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO	387
6. CONVERSÃO DE ESPECIAL EM COMUM	388
7. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	388
7.1. INTERCALADO ENTRE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS	388
7.1.1. MENSALIDADE DE RECUPERAÇÃO	391
7.1.2. RECOLHIMENTO POSTERIOR A PQS	392
7.2. PREENCHIMENTO ANTES DA DII	392
8. REINGRESSO NO RGPS APÓS O INÍCIO DA GRAVIDEZ	392
9. HIPÓTESES DE DISPENSA DE CARÊNCIA	393
9.1. ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	393
9.2. GRAVIDEZ DE ALTO RISCO	393
9.3. VISÃO MONOCULAR	394
9.4. DOENÇA PREEEXISTENTE	395
CAPÍTULO 3 – TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E RENDA MENSAL INICIAL	395
1. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	395
1.1. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	395
1.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)	396
1.2.1. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE	396
1.2.2. ANOTAÇÃO EXTEMPORÂNEA	397
1.3. AVISO PRÉVIO INDENIZADO	398
1.4. CONTRATAÇÃO NULA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	399
1.5. LEI COMPLEMENTAR 142/13	400
1.6. INDENIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES APÓS A EC 103/19	401
2. RENDA MENSAL INICIAL (RMI)	402
2.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	402
2.2. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	403

2.3. ATIVIDADES CONCOMITANTES	404
2.4. TÁBUA DE MORTALIDADE DO IBGE	405
2.5. SEM SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	406
2.5.1. AUXÍLIO-ACIDENTE	406
2.5.2. AUXÍLIO-RECLUSÃO	406
2.6. AVERBAÇÃO RURAL NA APOSENTADORIA POR IDADE URBANA	406
2.7. ACORDO BRASIL X PORTUGAL	407
2.8. FATOR PREVIDENCIÁRIO	408
2.8.1. NA APOSENTADORIA DE PROFESSOR	408
2.8.2. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91	410
2.9. ART. 29, § 5º DA LEI 8.213/91	411
2.10. AUSÊNCIA DE PROVA DE PARTE DO SC NO PBC	411
CAPÍTULO 4 – CONTAGEM RECÍPROCA	412
1. CUMULAÇÃO DE benefícios	412
2. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	412
3. AVERBAÇÃO RURAL	414
4. TEMPO MILITAR	415
5. ATIVIDADE ESPECIAL NO RGPS PARA O RPPS	415
6. MANDATO ELETIVO E LEI 10.887/04	417
7. FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA NO RGPS DAQUELE ORIUNDO DO RPPS	417
8. RPPS E APOSENTADORIA ANTERIOR NA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA	418
9. FILIAÇÃO FRAUDULENTE NO RGPS	418
10. APOSENTADORIA CASSADA NO RPPS	419
CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL	419
1. DA ADMINISTRAÇÃO	419
1.1. DEMORA NA EMISSÃO DE GUIAS E EFEITOS FINANCEIROS	419
1.2. DEMORA NA PERÍCIA MÉDICA POR GREVE DE SERVIDORES	420
1.3. CANCELAMENTO OU NEGATIVA DE BENEFÍCIO	421
1.4. DESCONTO EM BENEFÍCIO	421
1.4.1. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	421
1.4.2. POR PAGAMENTO INDEVIDO	422
1.4.3. DE CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	423

2. DO ADMINISTRADO	424
2.1. POR DOLO, FRAUDE OU MÁ-FÉ	424
2.2. DE BOA-FÉ POR ERRO ADMINISTRATIVO	424
CAPÍTULO 6 – DIREITO PROCESSUAL	425
1. EXAME DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO	425
2. COMPETÊNCIA	426
2.1. DELEGADA E JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS	426
2.2. RENÚNCIA TÁCITA	426
3. LEGITIMIDADE AD CAUSAM	427
3.1. DOS HERDEIROS	427
3.2. DIREITO PERSONALÍSSIMO	428
3.3. MORTE DO OUTORGANTE ANTES DO AJUIZAMENTO	429
4. PREJUDICIAIS DE MÉRITO	430
4.1. PRESCRIÇÃO	430
4.1.1. LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO E RPV	430
4.1.2. ULTERIOR INCLUSÃO DE ENTE PÚBLICO FEDERAL	431
4.1.3. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE COBRANÇA	432
4.1.4. DE FUNDO DE DIREITO	432
4.2. DECADÊNCIA AOS CASOS DE INDEFERIMENTO	433
5. COISA JULGADA	434
5.1. JUDICIAL	434
5.2. ADMINISTRATIVA	435
6. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DIVERSO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO	436
7. PROCESSO JUDICIAL EM CURSO E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ULTERIOR	437
8. TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA	438
9. REGIME DE COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS	442
10. FUNGIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	443
11. PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	444
11.1. QUESTÃO PROCESSUAL (ENUNCIADO 43 DA SÚMULA DA TNU)	444
11.1.1. ÔNUS DA PROVA EM CAUTELAR DE EXIBIÇÃO	444
11.1.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	445
11.2. QUESTÃO CONSTITUCIONAL PENDENTE NO STF	445

12. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	446
13. PRECATÓRIO / RPV	447

PARTE 10

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS REGIONAIS E TURMAS RECURSAIS	449
---	-----

CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA REGIÃO	450
---	------------

CAPÍTULO 2 – SEGUNDA REGIÃO	454
--	------------

1. TRU DA 2ª REGIÃO	454
---------------------------	-----

2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 2ª REGIÃO	458
---	-----

CAPÍTULO 3 – TERCEIRA REGIÃO	476
---	------------

CAPÍTULO 4 – QUARTA REGIÃO	480
---	------------

1. TRU DA 4ª REGIÃO	480
---------------------------	-----

2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 4ª REGIÃO	481
---	-----

CAPÍTULO 5 – QUINTA REGIÃO	483
---	------------

CAPÍTULO 6 – SEXTA REGIÃO	487
--	------------

PARTE 11

QUESTÕES DE ORDEM DA TNU	495
--------------------------------	-----

PARTE 12

REGIMENTO INTERNO DA TNU	515
--------------------------------	-----

PARTE 13

REGIMENTOS INTERNOS REGIONAIS E LOCAIS	537
--	-----

CAPÍTULO 1 – 1ª REGIÃO	537
-------------------------------------	------------

CAPÍTULO 2 – 2ª REGIÃO	562
-------------------------------------	------------

CAPÍTULO 3 – 3ª REGIÃO	593
-------------------------------------	------------

CAPÍTULO 4 – 4ª REGIÃO	613
-------------------------------------	------------

CAPÍTULO 5 – 6ª REGIÃO	632
-------------------------------------	------------